

BLMS

**Boletim Legislativo do Mato Grosso do Sul:
Um Informe Ambiental, de Desenvolvimento
Econômico e de Política Agrícola.**

BOLETIM LEGISLATIVO 11/2020

O Diário Oficial do Estado do Mato Grosso do Sul de 25 de Junho de 2020 teve publicações relevantes ao setor agropecuário.

https://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/Download/DO10204_25_06_2020

NORMA	TEMA	PUBLICADO/ DIÁRIO	ORGÃO	ÁREA
PORTARIA Nº 3.650 Pág. 18	Institui e regulamenta o Certificado de Inspeção Sanitária modelo “E” eletrônico, e-CIS-E, no Estado de Mato Grosso do Sul. O e-CIS-E deverá ser utilizado para o trânsito intraestadual e interestadual de todos os tipos de produtos e subprodutos de origem animal.	24/06/2019 Nº 10.204	IAGRO	DEFESA AGROPECUÁRIA
PORTARIA Nº 156 Pág. 22	Aprovar o cadastro do produto agrotóxico, de nome comercial TRILLA, devidamente registrado junto ao órgão federal, para comercialização no Estado de Mato Grosso do Sul.	23/06/2019 Nº 10.204	IAGRO	DEFESA AGROPECUÁRIA
PORTARIA Nº 157 Pág. 22	Aprovar o cadastro do produto agrotóxico, de nome comercial PROWL H2O, devidamente registrado junto ao órgão federal, para comercialização no Estado de Mato Grosso do Sul.	24/06/2019 Nº 10.204	IAGRO	DEFESA AGROPECUÁRIA



APROSOJA
SISTEMA FAMASUL | MATO GROSSO DO SUL

BOLETIM LEGISLATIVO 11/2020

O Diário Oficial da União de 25 de Junho de 2020 teve publicações relevantes ao setor agropecuário.

<https://fpagropecuaria.org.br/diario-oficial-da-uniao/boletim-dou-25-de-junho-2/>

NORMA	TEMA	PUBLICADO/ DIÁRIO	ORGÃO	ÁREA
MENSAGEM Nº 356	Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.446. O presidente da República, por meio da Advocacia-Geral da União (AGU), ajuizou no Supremo Tribunal Federal (STF) a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6446, com pedido de declaração de nulidade de dispositivos do Código Florestal (Lei 12.651/2012) e da Lei da Mata Atlântica (Lei 11.428/2006). O objetivo é afastar interpretações que, segundo a AGU, esvaziam o conteúdo do direito de propriedade e afrontam a segurança jurídica. O relator é o ministro Luiz Fux.	24/06/2019 Nº 120	Presidência da República / Despacho do Presidente da República	Ambiental
PORTARIA Nº 742	Instítui no âmbito da Coordenação Geral de Administração, Tecnologia da Informação e Inovação – CGATI da Diretoria de Planejamento, Administração e Logística o Núcleo de Gestão de Contratos em Apoio aos Centros de Pesquisa, localizado na cidade de Salvador/BA.	19/06/2019 Nº 120	Ministério do Meio Ambiente / Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	Ambiental
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 41	Atualiza os procedimentos de controle e prevenção dispostos no Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros-PNCRH.	19/06/2019 Nº 120	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento / Gabinete da Ministra	Defesa Agropecuária

Fonte: Frente Parlamentar Agropecuária/ IPA: Instituto Pensar Agro

BOLETIM LEGISLATIVO 11/2020

NORMA	TEMA	PUBLICADO/ DIÁRIO	ORGÃO	ÁREA
PORTARIA Nº 201	Declara estado de emergência fitossanitária relativo ao risco de surto da praga <i>Schistocerca cancellata</i> nas áreas produtoras dos Estado do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, para implementação do plano de supressão da praga e adoção de medidas emergenciais.	24/06/2019 Nº 120	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento / Gabinete da Ministra	Defesa Agropecuária
DECISÃO Nº 63	Torna público o DEFERIMENTO dos pedidos de proteção de cultivar das espécies relacionadas. Cultivares de soja, milho, tomate, rúcula e batata estão listadas.	24/06/2019 Nº 120	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento / Secretaria de Defesa Agropecuária	Defesa Agropecuária
ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 70	A Medida Provisória nº 958, de 24 de abril de 2020, publicada no Diário Oficial da União no dia 27, do mesmo mês e ano, que “Estabelece normas para a facilitação do acesso ao crédito e mitigação dos impactos econômicos decorrentes da pandemia de coronavírus (covid-19)”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.	25/06/2019 Nº 120	Atos do Congresso Nacional	Política Agrícola
RESOLUÇÃO Nº 75	Aprova o projeto-piloto de subvenção ao prêmio do seguro rural para operações enquadradas no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, para as culturas de milho 1ª safra, soja, maçã e uva, no âmbito do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural – PSR, no exercício de 2020.	22/06/2019 Nº 120	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento / Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural	Política Agrícola

Fonte: Frente Parlamentar Agropecuária/ IPA: Instituto Pensar Agro



APROSOJA
SISTEMA FAMASUL | MATO GROSSO DO SUL

BOLETIM LEGISLATIVO 11/2020

NORMA	TEMA	PUBLICADO/ DIÁRIO	ORGÃO	ÁREA
AVISO DE CONSULTA PÚBLICA Nº 1/2020.	A ABDI informa que realizará Consulta Pública nº 01/2020 – Projeto Agro 4, que tem por objetivo coletar informações e sugestões de critérios para seleção de projetos pilotos. O Projeto Agro 4.0 vem sendo estruturado, nos últimos meses, pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI, em conjunto com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações – MCTI e Ministério da Economia – ME. A ABDI é vinculada, por meio de contrato de gestão, ao Ministério da Economia e realiza projetos de inovação com foco em aumento de produtividade e redução de custos para o setor produtivo brasileiro. Os projetos são desenvolvidos em parceria com diversos órgãos públicos, ecossistemas e iniciativa privada.	25/06/2019 Nº 120	Ineditoriais / Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial	Política Agrícola
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 1.763	A ADI 1.763, discutia a constitucionalidade do artigo 58 da Lei nº 9.532/97, segundo o qual há incidência do IOF sobre as operações de alienação de direitos creditórios para empresas de factoring. Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou improcedente o pedido formulado na ação direta, para declarar a constitucionalidade do art. 58 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997.	25/06/2019 Nº 120	Atos do Poder Judiciário / Supremo Tribunal Federal	Tributária

Fonte: Frente Parlamentar Agropecuária/ IPA: Instituto Pensar Agro

BOLETIM LEGISLATIVO 11/2020

NORMA	TEMA	PUBLICADO/ DIÁRIO	ORGÃO	ÁREA
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.623	Na ADI, a Confederação Nacional das Indústrias (CNI) contesta o parágrafo 6º do artigo 25 da Lei 7.098/98, do Estado do Mato Grosso, que estabeleceu diferença tributária no crédito de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou procedente o pedido formulado na ação direta para declarar a inconstitucionalidade do § 6º do art. 25 da Lei nº 7.098, de 30.12.1998, do Estado de Mato Grosso.	25/06/2019 Nº 120	Atos do Poder Judiciário / Supremo Tribunal Federal	Tributária
RESOLUÇÃO Nº 133	Opina pela qualificação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos – PPI da empresa Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A. – Ferroeste, para fins de apoio à desestatização.	10/06/2019 Nº 120	Ministério da Economia / Gabinete do Ministro	Infraestrutura e Logística
ATO COTEPE/PMPF Nº 19	Preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis.	24/06/2019 Nº 120	Ministério da Economia / Secretaria Especial de Fazenda	Infraestrutura e Logística

Fonte: Frente Parlamentar Agropecuária/ IPA: Instituto Pensar Agro



BOLETIM LEGISLATIVO 11/2020

NORMA	TEMA	PUBLICADO/ DIÁRIO	ORGÃO	ÁREA
PORTARIA Nº 362	No retorno das operações dos Postos de Pesagem Veicular na fiscalização de excesso de peso, após o término do prazo de suspensão das atividades de fiscalização previsto na Portaria nº 117, de 25 de março de 2020, conceder o prazo de até 30 (trinta) dias para que as concessionárias realizem as alterações necessárias a fim de garantir a operação em consonância com as medidas sanitárias preventivas cabíveis.	24/06/2019 Nº 120	Ministério da Infraestrutura / Agência Nacional de Transportes Terrestres	Infraestrutura e Logística
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.975	A Medida Provisória 388/2007, que estende a autorização para que os comerciantes trabalhem nos domingos e feriados, está sendo questionada no Supremo Tribunal Federal (STF) pela Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC) por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3975. Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou improcedente o pedido formulado na ação, nos termos do voto do Relator.	25/06/2019 Nº 120	Atos do Poder Judiciário / Supremo Tribunal Federal	Trabalhista

Fonte: Frente Parlamentar Agropecuária/ IPA: Instituto Pensar Agro

